



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla

ISCED-Huíla

**A INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA E O DESMORONAMENTO DO SISTEMA
DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL**

Autora: Domingas Cassuanga Chipalanga

Lubango,

2022



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla

ISCED-Huíla

**A INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA E O DESMORONAMENTO DO SISTEMA
DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL**

Trabalho apresentado para a obtenção
do Grau de Licenciado no Ensino de
História

Autora: Domingas Cassuanga Chipalanga

Orientador: MsC. Lucas Tchicoco

Lubango,

2022



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla

ISCED-Huíla

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu **Domingas Cassuanga Chipalanga**, estudante finalista do Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de História, do Departamento de CIÊNCIAS SOCIAIS, declaro por minha honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, ____ de _____ de 2021

A Autora

Domingas Cassuanga Chipalanga

DICATÓRIAS.

Dedico este trabalho aos meus pais que me ensinaram a importância de lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS.

Agradeço à Deus pelo dom vida e por ter-me concedido a saúde até ao exacto momento.

Aos meus pais por me terem gerado.

Aos meus irmãos e minhas irmãs que sempre ajudaram-me verticalmente para que eu chegasse até aqui.

O meu Professor Orientador Msc Lucas Tchicoco, pela paciência, dedicação e pela disponibilidade demonstrada a quando da elaboração deste trabalho.

Aos meus professores do 1º ao 4º ano pelos valiosos conhecimentos transmitidos durante esta etapa. Em quinto devo gratidão à todos os não nominalmente mencionados, mas directa ou indirectamente deram o seu apoio para a confirmação daquilo que hoje conseguimos ter neste nosso trabalho.

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS UTILIZADAS.

ANC - *African Nacional Congress.*

CIJ - Corte Internacional de Justiça.

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas.

DTA - *Democratic Turnhalle Alliance*

EUA - Estados Unidos de América.

FAPLA - Forças Armadas Populares para Libertação de Angola.

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

LN - Liga das Nações

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU - Organizações das Nações Unidas.

OUA - Organização da União Africana.

PLAN - *People Liberation Army of Namibia.*

RFA - República Federal da Alemanha.

SACP - *South African Communist Party.*

SACU - *Southern African Customs Union*

SADC - *Southern African Developman Community.*

SDN - Sociedade das Nações.

SWANU - *South West Africa National Union.*

SWAPO - *South West People's Organization*

UNAVEM - *United Nations Angola Verification Mission* (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola).

UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola.

UNTAG - *United Nation Transitation African Group.*

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

RESUMO

Um dos acontecimentos históricos que ocorreu na região Austral de África foi, sem dúvida, a colonização e descolonização do território do Sudoeste Africano. Inicialmente território alemão que após a Primeira Guerra Mundial passou para o governo sul africano, versão Apartheid. A Namíbia alcançou sua independência no dia 21 de Março de 1990. O Apartheid, regime de segregação racial que foi instalado na África de Sul em 1948 foi um aspecto que insere no processo de colonização e descolonização da região Austral de África, e de certa forma abalava o mundo devido a sua ideologia de separação racial, e durante dezenas de anos as evidências do Apartheid mostraram que os seus métodos eram contra o desenvolvimento do país e da região austral, porque a minoria branca de privilégios não possuía a mão-de-obra suficiente para alavancar a indústria.

O estudo está estruturado em dois capítulos, no primeiro (I), fez-se abordagem genérica da literatura que sustenta a questão em estudo, tal como a histórica, a geografia do Sudoeste Africano e a ocupação do mesmo pela Alemanha e depois pela África do Sul.

No segundo (II) capítulo, fez-se a descrição das peripécias de um nacionalismo mais activo, defendido pelos estatutos das Nações Unidas e da União Africana face a instalação do Apartheid na Namíbia. Neste último, foi também demonstrado o apoio dado à Namíbia a nível da região austral, com o grande destaque para Angola que deu o apoio de alojamento territorial de bases militares da SWAPO, apoio diplomático e também do seu expediente militar (FAPLA); filiado ao partido MPLA.

ABSTRACT

One of the historical events that took place in Southern Africa was the colonization and decolonization of the South West African territory, which became independent on March 21, 1990. The segregationist regime that was installed in South Africa was an aspect that was part of the process. of colonization and decolonization of the southern region of Africa, and somehow shook the world due to its ideology of racial separation, and for decades the evidence of Apartheid showed that its methods were against the development of the country and the southern region, because the privileged white minority did not have enough manpower to leverage the industry.

The study is structured in two chapters, in the first (I), a generic approach was made to the literature that supports the issue under study, such as the history, the geography of Southwest Africa and its occupation by Germany and later by Africa. South.

The second (II) chapter describes the ups and downs of a more active nationalism, defended by the statutes of the United Nations and the African Union, in view of the installation of Apartheid in Namibia. In the latter, the support given to Namibia in the southern region was also demonstrated, with great emphasis on Angola, which provided support for the territorial accommodation of SWAPO military bases, diplomatic support and also its military expedient (FAPLA); affiliated with the MPLA party.

ÍNDICE	
DICATÓRIAS.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS UTILIZADAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
I - Motivação da Escolha do Tema.....	2
II - Identificação do Problema.....	2
Pergunta científica.....	3
Objecto de Estudo.....	3
Objectivos da Investigação.....	3
Objectivo geral.....	3
Objectivos Específicos.....	3
Delimitação do Estudo.....	3
Importância da Investigação.....	4
Importância do Tema.....	4
Importância Prática.....	4
Tipo de Investigação.....	4
III - Quadro Metodológico.....	4
Métodos e Técnicas de Pesquisa.....	5
IV - Campo de Acção.....	6
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
1.1 - Estado da Arte.....	Erro! Marcador não definido.
1.2 - Enquadramento Geográfico e Histórico do Sudoeste Africano/Namíbia.....	9
1.2.1 - Enquadramento geográfico do território.....	11
1.2.1.1 - Localização geográfica do território.....	11
1.2.1.2 - Clima.....	11
1.2.1.3 - Solo e Relevo.....	12
1.2.1.4 - Sede Hidrográfica.....	12
1.2.1.5 - Flora e Fauna.....	13
1.2.2 - Enquadramento Histórico do Sudoeste Africano.....	13
1.2.2.1 - População.....	13
1.2.2.2 - Origem da População.....	14

1.2.2.3 - Grupos Étnico-linguístico.....	15
1.2.2.4 - Religião.	15
1.2.3 - Actividades Económicas.....	15
1.2.3.1 - Agricultura.	15
1.2.3.2 - Pastorícia.	15
1.2.3.3 - Pescas.....	16
1.2.3.4 - Indústria: Transformadora, extrativa.	16
1.2.3.5 - Comércio.	16
1.3 - A ocupação do Sudoeste Africano/Namíbia.	17
1.3.1 - Alemanha.	18
1.3.2 - A República Sul Africana.	19
1.4 - O Surgimento do Apartheid na África do Sul.	19
CAPÍTULO II: A INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA E O DESMORONAMENTO DO SISTEMA DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL.	23
2.1 - O processo de Luta de Libertação Nacional para a Independência do território do Sudoeste Africano/Namíbia contra o regime ocupacionista da República da África do Sul.....	23
2.1.1 - A SWAPO e a Luta de Libertação Nacional	23
2.1.2 - O papel da Organização das Nações Unidas (ONU) para o processo da independência da Namíbia.	26
2.1.3 - O papel de Angola para a Independência da Namíbia.	32
2.1.4 - A proclamação da independência da Namíbia.	35
2.2 - O desmoronamento do regime do Apartheid na República da África do Sul.	36
2.2.1- A Luta do ANC contra o regime do Apartheid na África do Sul.	40
2.2.2- As exigências da ONU contra o regime do Apartheid na África do Sul.	41
2.2.3- A Libertação do Nelson Mandela.	44
2.2.4- As primeiras eleições multi-raciais na República da África do Sul.	44
Conclusões.	47
Bibliografia.	Erro! Marcador não definido.
Anexos.	53

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O território do Sudoeste Africano, actual Namíbia, foi entregue à África do Sul após o fim da Primeira Guerra Mundial e só conseguiu a sua independência em 1990, passando a ser uma das regiões que alcançou a libertação de forma tardia, tendo vivido a expansão institucional da ideologia sul africana do Apartheid.

O Apartheid foi um sistema político baseado na separação de seres humanos através do tom de pele, brancos dum lado e negros de outro, o mesmo começou a ser institucionalizado em finais de 1940, exactamente em 1948 com a aprovação de uma série de leis e normas que passaram a regulamentar o regime do Apartheid, destacando-se o “Acto nº 30 de Registo da população sul-africana.

A Expansão deste sistema teve como ápice o território do Sudoeste Africano/Namíbia, por sua vez, o processo da instalação do Apartheid na actual Namíbia foi contrariado pela resistência dos autóctones porque as informações que os mesmos obtiveram da realidade política, social, económica e religioso não mostrava indicadores de desenvolvimento, antes pelo contrário, o Apartheid regredia a vida da população devido o segregacionismo.

O presente trabalho é de natureza descritiva, e tendo em conta a sua especificidade a exequibilidade do mesmo foi através dos seguintes objectivos:

Objectivo geral.

- ✓ Analisar o processo da independência da Namíbia.

Objectivos Específicos.

- ✓ Identificar as razões que levaram o governo sul africano do Apartheid a ocupar a Namíbia;
- ✓ Fazer a descrição dos motivos/factores que levaram ao conflito entre sul africano e namibianos;
- ✓ Avaliar o impacto negativo causado pelos sul-africanos na tentativa de implementar o apartheid na Namíbia.

A concretização dos objectivos foi possível pela utilização dos seguintes métodos: Método documental, Método bibliográfico, Método Comparativo e Método Histórico.

Através dos objectivos foi possível aferir que por causa do Apartheid os namibianos assim como os nativos sul-africanos passavam pelas mesmas desgraças de discriminação racial que mais tarde geraram conflitos entre a Namíbia e a África do Sul. Por sua vez, esta discriminação racial parecia para muitos Estados já independentes como uma ameaça à integridade e dignidade da pessoa humana, por esta razão, o governo angolano ajudou a Namíbia na luta contra este sistema, em 1987 eclodiu a batalha do Cuito-Cuanaval no território angolano, e a mesma enfraqueceu o apartheid, o factor do seu desenrolamento influenciou a Namíbia conquistar a sua independência em 1990.

No final da década de 1980 e início de 1990, o governo sul africano do Apartheid encontrava-se enfraquecido, factor que motivou a produção de várias mudanças, desde políticas, económicas, sociais, culturais e ideológicas. Assim, o fim do Apartheid permitiu a inclusão dos *afrikaaners* que passaram a deter o poder político, enquanto os ingleses da região passaram a ocupar o poder económico.

I - Motivação da Escolha do Tema

Fomos motivados a escolher este tema para descrever o fim do apartheid, o processo da independência da Namíbia e ressaltar o papel de Angola a nível da África austral durante o período da expansão do regime segregacionista.

As peripécias que levou a Namíbia ser um Estado soberano fazem parte de um leque de acontecimentos que vão desde o fim da 1ª Guerra Mundial, a Sociedade da Nações em 1920, a batalha do Cuito-cuanaval em 1987 e a independência da própria Namíbia em 1990.

II - Identificação do Problema

Os conteúdos que descrevem o processo da independência da Namíbia são incipientes no mercado académico, a Namíbia comporta um processo histórico rico que se insere nos últimos combates do fim do imperialismo em África. Este

aspecto é pouco afluído nos centros académicos tais como escolas secundárias, faculdades e outros epicentros institucionais. Para além da situação interna da segregação racial, a República Sul-Africana também era alvo de críticas devido a ocupação da Namíbia por causa do Apartheid, os namibianos e os sul-africanos passavam pela discriminação racial que mais tarde gerou conflitos entre a Namíbia e o governo sul africano.

Problematização.

O que motivou a instalação do regime do Apartheid no território da Namíbia?

Objecto de Estudo.

O foco deste estudo busca descrever o processo independentista da Namíbia, bem como abordar o fim do Apartheid.

Objectivos da Investigação.

Os objetivos de Investigação segundo Marconi & Lakatos (2002), determinam saber com a precisão o que se procura e o que se pretende alcançar. Desta feita, os objetivos de pesquisa de modo geral são requisitos para desenvolver uma pesquisa assente aos princípios científicos para atingir uma meta.

Objectivo geral.

Analisar a independência da Namíbia e o fim do regime do Apartheid na África do Sul.

Objectivos Específicos.

- 1 - Identificar os aspectos/factores que impulsionaram a ocupação da Namíbia por parte da África do Sul;
- 2 - Procurar descrever o processo de luta de libertação nacional levado a cabo pela SWAPO;
- 3 - Avaliar o impacto negativo na implementação do regime do Apartheid na Namíbia.

Delimitação do Estudo.

Para compreensão do tema, o presente estudo situa-se no horizonte temporal entre 1950 -1990.

Importância da Investigação.

O presente estudo tem importância social substanciada na valorização da dignidade humana face aos conflitos armados e a liberdade dos homens como requisito imensurável. As lutas que levaram a Namíbia libertar-se do apartheid serão divulgadas na comunidade e nos centros académicos, de modo que as populações possam absorver os conhecimentos relacionados aos conflitos africanos e a independência da Namíbia.

Importância do Tema.

A investigação apresenta uma relevância teórica no momento em que a comunidade académica e a população em geral entrarão em contacto com os conhecimentos relacionados ao processo da independência da Namíbia.

Importância Prática.

A investigação visa contribuir certos aspectos históricos da vida académica relacionada à cadeira de História, a divulgação deste conteúdo será levado através da realização de palestras e elaboração de conteúdos específicos à cada realidade por constatar nos principais centros académicos.

Tipo de Investigação.

De acordo com a natureza do tema, que desenvolvemos, a nossa abordagem é descritiva, e optamos pela utilização de uma pesquisa qualitativa, pós de acordo com Leite (2008), o termo pesquisa implica a qualidade estudada através dos seus processos e significações, pós as mesmas não são examináveis experimentalmente, nem mensurável em termos quantitativos, crescimento, intensidade ou frequência.

Por isso, o foco da nossa pesquisa centrou-se na compreensão das intensões, crenças, opiniões, percepções, representações e conceições que os seres humanos colocam nas suas próprias acções em relação aos outros e em contextos e interações (Carvalho, 2009, pp. 40-41).

III- Quadro Metodológico.

O quadro metodológico cumpre a metodologia científica.

Literalmente, o método é o caminho que se percorre para chegar a um determinado fim. Assim, o método implica sempre o cumprimento de um objectivo. Já a metodologia estuda os vários procedimentos para o estabelecimento de realização de uma pesquisa (Annoni, 2012).

Métodos e Técnicas de Pesquisa.

Os métodos se interessam pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa, assim sendo, a condução dos mesmos exigem de forma objectiva a aplicação das Técnicas de Pesquisa (Neta, 2017).

Serão utilizados os seguintes métodos: Método bibliográfico, pesquisa documental, método comparativo e método histórico.

Pesquisa documental – É um estudo baseado em documentos como materia primordial, seja revisões bibliográficas, seja pesquisas historiográficas, e deles extrai-se toda a análise, os documentos são organizados e interpretados segundo os objectivos da investigação proposta (Santos, 2000). Este método será usado neste trabalho para fazer busca do material, sobre os aspectos fundamentais, reflexão, espírito crítico, análise, síntese, de factos que comprovam os elementos importantes atinentes ao tema em pesquisa.

Método bibliográfico - é utilizável aos registros de informações específicas sobre livros, revistas, apostilas, artigos de jornais, teses de graduação e ajuda verificar título, autor, índice, prefácio ou introdução, editora, número da edição e data de publicação (Galliano, 1979). Este método bibliográfico foi usado na busca de conteúdos que concatenaram com o tema, fazendo o uso da crítica dos mesmos, essencialmente de correios eletrónicos.

Método Comparativo – o método comparativo consiste em investigar factos e explicá-los segundo as suas semelhanças e diferenças. Permite a análise de dados concretos e a dedução dos mesmos segundo as suas convergências e divergências de elementos constantes, abstrações gerais, propiciando investigações de carácter indirecto (Leite, 2013). Com este método fez-se uma analogia entre o papel desempenhado pelo Apartheid na Africa do Sul e na Namíbia, tendo em conta os impactos negativos causado pelo mesmo sistema nos dois Estados.

Método Histórico - Tem como pressuposto reconstruir o passado objectivo, distingue as relações sociais de produção das ideias e dos conceitos em parte, porque é em si uma distinção histórica retrospectiva, geralmente relacionando o passado com o presente e vice e versa (Figalo, 2015). Este método foi usado

tendo em conta a história de luta pela independência da Namíbia, referenciando a trajetória da luta da SWAPO, desde a sua fundação até a independência do ex-Sudoeste Africano.

Técnicas de Pesquisa - a técnica serve para registrar os dados observados, ordená-los e classificá-los (Gerhardt, 2009).

Técnicas: Entrevistas, inquérito por questionário.

A Entrevista - é a ação e efeito de entrevistar ou ser entrevistado. Trata-se de uma conversa entre duas uma ou mais pessoas com um fim determinado.

O inquérito por questionamento - é a acção de procurar, investigar, interrogar, enquanto o questionário é um conjunto de perguntas que servem para fazer esse mesmo inquérito.

IV- Campo de Acção.

O estudo tem como campo de acção a descrição do fim do Apartheid e do processo que levou a independência da Namíbia.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

1.1 - Estado da Arte.

Com base nas várias bibliografias consultadas, constatou-se uma exiguidade bibliográfica referente ao tema em análise, porém, os esforços foram feitos de modo que as peripécias que conduzam à elaboração deste trabalho de carácter científico não fossem comprometidas, pós, julgamos que as razões que levaram a África do Sul ocupar a Namíbia, e conseqüentemente a descrição dos factores do conflito entre ambos Estados no período de 1950 e 1990 foram salientados sem muitos sobressaltos.

Desta feita, destacamos as obras de alguns autores cujas temáticas abordadas nas mesmas, convergem com o propósito do tema supracitado:

Para Visentini (2011), considera que a Namíbia é um dos mais jovens países africanos, situado na costa oeste do continente, com um vasto litoral para o Oceano Atlântico. A sua independência é recente e data de 1990, quando conseguiu se desvincular politicamente da África do Sul. Até então, o país era conhecido como África do Sudoeste, e teve colonização germânica em um primeiro momento.

Com o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o território do Sudoeste Africano que pertencia à Alemanha, passou para a Sociedade/Liga das Nações que passou a sua gerência, com base numa resolução, para o governo sul Africano (Idem, 2011).

Calich (2018), lembrou que, a Namíbia também teve uma colonização *sui generis*. Em 1892, sob o nome de África do Sudoeste, passou a ser oficialmente uma colônia alemã. Com a assinatura de Tratado de Versalhes, em 1919, a Alemanha perdeu suas colônias, e a Liga das Nações concedeu à União Sul-Africana que passou a administrar o território que o consideravam muito estratégico, pois esta situa-se na fronteira sul de Angola e partilha também uma vasta fronteira com a Zâmbia. Isso explica, em parte, o alcance tardio da independência (Andrade, 2014).

O mesmo autor, explica que o fim do regime do Apartheid, em 1994, e o redimensionamento da política externa sul-africana, incluindo o seu novo posicionamento em relação aos vizinhos da África Austral, influenciou as negociações para a reforma do acordo de 1969. Ano seguinte, as negociações vindas desde 1994 culminaram na assinatura de um novo acordo entre os países-membros da SACU, levando em consideração as mudanças no cenário regional, fundamentalmente o a autonomia do Sudoeste Africano e o fim do Apartheid.

Esses dois aspectos, são considerados como as mudanças mais visíveis do ponto de vista político aconteceram na região Austral, pois levaram a assinatura dos Acordos de Nova York que determinou a retirada das tropas cubanas de Angola. Para o fim do Apartheid e a independência da Namíbia, foi determinante a percepção sul africana, pois o seu enfraquecimento militar e o posicionamento das superpotências levaram a adopção de uma postura diferente diante da Comunidade Internacional com o intuito de evitar sações pesadas. Este processo, facilitou a proclamação da independência do antigo território alemão (Pereira, 2008).

Muekalia (2010), o autor descreve os antecedentes da independência da Namíbia frisando que, em termos prático Castro alterou a correlação de forças no quadro estratégico militar por ter criado um novo facto político que emergiu como factor determinante no ganho de um lugar na mesa de negociações, que até então incluía apenas negociadores de Washington, Pretória e Luanda.

Por último, Castro queria negociar uma retirada honrosa das suas forças a partir de uma posição de força, partindo de um dos seus discursos públicos quando mostrava a intenção de introduzir mais forças em Angola para proteger as FAPLA, deste modo, o seu objectivo não era a vitória militar segundo o autor, mas sim, Castro queria transformar-se no mais acérrimo defensor da doutrina americana do *linkage*, entre a retirada das suas tropas e das da África do Sul de Angola e a independência da Namíbia (Muekalia, 2010).

1.2 - Enquadramento Geográfico e Histórico do Sudoeste Africano/Namíbia.

Ao longo dos anos, a Namíbia passou por vários estágios distintos, desde a organização dos reinos segundo a sua distribuição étnica. A história pré-colonial jamais foi documentada por escrito, mas há bastante evidência arqueológica que indica que a Namíbia era habitada há pelo menos 25.000 anos atrás. A Namíbia é um país diversificado de caçadores, coletores, pastores tradicionais, fazendeiros comerciais e de subsistência que pertencem a diversos grupos linguísticos e culturais¹.

Há informações segundo as quais, Diogo Cão foi o primeiro Português junto o Bartolomeu Dias a pisar o solo namibiano nos finais do Século XV. Desde então, nos anos que se sucederam, a Namíbia foi-se convertendo num ponto de escala de caravelas que iam para sul e contornavam o cabo da boa Esperança rumo as Índias².

Hendrik Witbooi, foi um dos chefes da resistência colonial; o mesmo pertencia aos Namaquas, que compõem uma das principais etnias da região, eles se rebelaram e lutaram contra o domínio germânico. Ainda assim, não houve como resistir e a ascendência alemã sobre a Namíbia foi oficializada. A partir de então, os colonos começaram a chegar ao país africano com o intuito de garantir a preponderância e fortalecer a resistência aos ataques dos nativos (Visentini, 2011).

Os conflitos na Namíbia se acirraram nos primeiros anos do século XX, e outras tribos uniram-se para combater o inimigo comum. Após um insucesso inicial, os alemães enviaram muitas tropas para a Namíbia, e conseguiram obter a vitória. Posteriormente os métodos utilizados foram os mais violentos e resultaram no genocídio de algumas etnias locais. Essa situação veio mudar as intenções da Alemanha com a Namíbia e a África no geral, porque a assinatura do Tratado de Versalhes veio ser alterado por causa deste acontecimento, e determinaram que a Alemanha não poderia mais possuir colônias na África (Idem, 2011).

¹ <https://uk.trustpilot.com/review/www.rhinoafrica.com>

² <https://namibia.costasur.com/pt/principais-cidades.html>

A Namíbia passou por duas fases de resistência contra o colonialismo, a primeira foi contra os alemães e a segunda foi contra os sul-africanos. Esta última, foi a mais polémica com relação a primeira, porque o regime do *apartheid* marca um período considerado por muitos analistas políticos internacionais como o mais obscuro no contexto político africano.

O fim do Apartheid foi conseguido com a apresentação do Presidente Frederick de Klerk que defendeu uma política de abertura, permitindo aos negros sul africanos iniciar o processo de negociações que levaram ao estabelecimento da igualdade social, bem como a realização de eleições democráticas, consubstanciadas no sufrágio universal (Almeida, 2000).

1.2.1 - Enquadramento geográfico do território.

1.2.1.1 - Localização geográfica do território.

A Namíbia faz fronteira com África do Sul ao sul, com Botsuana a leste e com a Zâmbia e Angola ao norte. Tem uma extensão territorial de 824.292 km², essa posição geográfica na África meridional fez com que ingressasse na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que visa promover a integração e o desenvolvimento socioeconómico entre os países-membros (Visentini, 2011).

A Namíbia situa-se nas seguintes latitudes e longitudes: 22º Sul e 17º Leste, com uma área total de 825.418 quilómetros quadrados situados entre a latitude e longitude da Namíbia. O país está localizado no Equador e no Trópico de Capricórnio. A latitude da Namíbia é muito próxima ao Trópico de Capricórnio.³

1.2.1.2- Clima.

A maior parte do território apresenta um clima desértico ou semidesértico. A grande secura, o pequeno número de dias com chuva e o elevado número de horas do sol contribuem para a ocorrência de enormes amplitudes térmicas diurnas, que têm tendência para aumentar nas regiões mais afastadas do mar⁴.

³ https://www.mapsoftworld.com/lat_long/namibia-lat-long.html

⁴ [https://www.infopedia.pt/\\$namibia](https://www.infopedia.pt/$namibia)

A Namíbia é eminentemente desértico, o seu nome deriva do deserto homónimo que atravessa o Namibe, e tem um clima bastante quente durante o ano inteiro. As chuvas são muito escassas e as temperaturas estão frequentemente acima dos 30°C. Devido a esses factores, menos de 1% da terra é considerada arável, o que dificulta as condições de vida dos camponeses que, mesmo assim, são a maioria (Idem, 2011).

1.2.1.3- Solo e Relevo.

O solo da Namíbia não é muito arável mas devido a agricultura mecanizada do país, tem-se produzido alimentos em larga escala, os mesmos têm sido escoado para outros países da África Austral. O deserto e matagal infinito da Namíbia é um lugar implacável para um agricultor determinado com um sonho. Apenas 2% do país recebe chuva suficiente para o cultivo. A irrigação dos rios só é possível ao longo de alguns rios fronteiriços no extremo norte e sul e a irrigação com poços é proibitivamente cara⁵.

O relevo da Namíbia é caracterizado por deserto costeiro, o planalto central e a região do Kalahari apresentam uma costa hiperáridos, com média de menos de 100 milímetros. A Namíbia tem as montanhas Otavi, no norte do planalto central como a região de maior ocorrência de chuvas, o país tem um lugar vasto e antigo, seu legado é uma extensão infinita de areia desértica orlada por planícies costeiras e terreno montanhoso acidentado e pontilhada de maravilhas geológicas que continuam sendo as características mais impressionantes do país.⁶

1.2.1.4- Sede Hidrográfica.

A hidrografia da Namíbia é composta por três grandes rios: Cuando, Cunene e Cuango. O rio Cuando ou Kwando é da África Austral e nasce no Planalto Central de Angola e corre para sueste. O Cuando atravessa a Faixa de Caprivi na direção sudoeste, mudando novamente de direção para formar a fronteira da Namíbia com o Botswana, correndo primeiro para sueste e depois para leste, onde vai desaguar no Zambeze⁷.

⁵ <https://web.archive.org/web/20120420021025/http://www.saiia.org.za/archive-eafrica/greening-the-namibian-desert-an-african-success-story.html>

⁶ [https://www.infopedia.pt/\\$namibia](https://www.infopedia.pt/$namibia)

⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Cuando

O rio Cunene ou Kunene é um rio da África Austral, que atravessa as terras de Angola e da Namíbia, servido como traçado natural da parte ocidental da fronteira Angola-Namíbia⁸.

O rio Cubango ou Okavango na Namíbia e em Botsuana) é um rio da África Austral que faz a fronteira natural entre Angola e a Namíbia, país onde dá nome a duas das suas regiões. Suas águas fazem parte da bacia do Calaári⁹.

1.2.1.5- Flora e Fauna.

A Namíbia é uma terra fascinante de contrastes, onde planícies aluviais, pântanos e o deserto mais antigo do mundo contribuiu para uma rica biodiversidade. Vida Selvagem da Namíbia é um guia fácil de usar para os mamíferos, pássaros, répteis, invertebrados e plantas mais conspícuos e interessantes do país¹⁰.

1.2.1- Enquadramento Histórico do Sudoeste Africano.

1.2.2.1- População.

A população da Namíbia corresponde uma densidade populacional baixa, pois a maior parte do país é constituída por um deserto. Estima-se, contudo, que a população ultrapasse os 3 milhões de habitantes em 2025, duplicando a população actual, se as actuais características demográficas se mantiverem. O valor do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,627 e o valor do Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG) é de 0,922¹¹.

É sabido que durante a Primeira Guerra Mundial, o antigo Sudoeste Africano foi ocupado por tropas sul-africanas inglesas e em 1920 a região foi finalmente decretada sob administração sul-africana pela Liga das Nações. A administração sul-africana estabeleceu fronteiras rigidamente controladas, delimitando Kakoland e proclamando as deslocações e actividades comerciais além-fronteiras como ofensa criminal. A fronteira internacional com a colónia portuguesa (Angola) em particular, delineada pelo rio Kunene, passou a ser guardada por patrulhas policiais. O gado bovino e as ovelhas não podiam, em circunstância alguma, atravessar as fronteiras de Kaokoland. A restrição de mobilidade espacial teve um impacto dramático na população local,

⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Cunene

⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Cubango

¹⁰ <https://www.itseveris.com/book/fauna-of-namibia>

¹¹ [https://www.infopedia.pt/\\$namibia](https://www.infopedia.pt/$namibia)

especialmente em tempos de seca, quando os pastores nómadas migravam em busca de água e alimento (Correa, 2014).

Para além do controlo das fronteiras, a administração sul-africana dividiu Kaokoland internamente ao longo de linhas étnicas. As regiões do norte de Kaokoland foram subdivididas em três reservas diferentes: uma reserva Himba, uma reserva Herero e uma reserva Tjimba. Foram nomeados chefes sem legitimidade genealógica. Os membros de um grupo de um chefe só tinham autorização para migrar dentro da sua própria reserva. Através da instituição de chefes, a África do Sul esperava assentar os alicerces para um governo indirecto. Estas novas políticas étnicas estabeleceram na região uma hierarquia e estrutura de organização étnica anteriormente não existente (Idem, 2014).

Hurk (2001), existiu poucas diferenças culturais entre a população de Kaokoland e de outras regiões, mas a administração concebeu as novas fronteiras étnicas com base no património e padrões económicos. Foi criado o conceito Himba para classificar os pastores de gado mais ricos sem laços familiares directos com as famílias Herero da região central da Namíbia e Angola. Os pastores mais pobres que trabalhavam para os Himba e Herero foram classificados como Tjimba. Estas classificações etnológicas não tiveram em consideração os estreitos laços e relações em constante alteração entre a população da região.

Em 1938, foi criado o chamado “Conselho Tribal” de chefes de tribo, destinado a julgar processos e a fazer cumprir os programas do governo. Na década de 60, sob o regime apartheid da África do Sul este conselho foi alargado com a nomeação de mais chefes e de conselheiros de apoio aos chefes. A nova elite local permitia à administração sul-africana prosseguir os seus programas racismo mais facilmente (Idem, 2001).

1.2.2.2 - Origem da População.

O quadro étnico reflete uma origem histórica do país, caracterizada, até ao século XIX, pela vigência do reino de Nama-Damara no Sul e Centro da Namíbia, e do reino Herero (onde se integrava o povo Ovambo), estabelecido no Norte do país. Embora os primeiros contactos com europeus remontem aos

anos de 1486 e 1488, datas em que Diogo Cão e Bartolomeu Dias abordaram a costa namibiana, só no século XIX a presença europeia se fez notar, quando, em 1870, se tornava iminente a anexação da Namíbia pela Inglaterra, que encarava aquele território como uma potencial extensão da colónia do Cabo¹².

1.2.2.3 - Grupos Étnico-linguístico.

Segundo Visentini (2011), as principais etnias da Namíbia são os Ovambos (51%), os Namas (13%), os Kavangos (10%), os Hereros (8%) e os Bosquímanos (2%). A tribo Ovambo perfaz a maioria, sendo o grupo Khoisan perfazendo a minoria junto os europeus.

1.2.2.4 - Religião.

A religião dominante na Namíbia é o cristianismo, principalmente o luteranismo, mas é observada uma boa dose de mescla com cultos animistas. As ramificações da religião cristã tem a seguinte apresentação percentual: o luteranismo (51%), o catolicismo (20%), a Igreja Reformada Holandesa (5%) e o anglicanismo (5%) (Visentini, 2011).

1.2.2 - Actividades Económicas.

A indústria mineira é a mais importante atividade da economia da Namíbia, assentando a sua exploração em minérios como o diamante e o óxido de urânio, embora sejam reconhecidas as potencialidades na exploração de ouro, gás natural e petróleo.

1.2.3.1 - Agricultura.

As diferentes explorações agrícolas encontram-se na criação de gado bovino, sendo o sustentáculo dos seus projetos, já que a indústria que se dedica ao processamento alimentar constitui um bom escoamento de produtos.

1.2.3.2 - Pastorícia.

A história das comunidades hereros na Namíbia foi por muito tempo narrada como a de grandes grupos pastoris em contínua migração por melhores pastos e água para seus rebanhos. No entanto, para além do contínuo debate sobre

¹² [https://www.infopedia.pt/\\$namibia](https://www.infopedia.pt/$namibia)

as origens da pastorícia na região que sugere que a prática não era exclusividade herero e oferece uma imagem mais complexa de sua chegada ao centro-sul namibiano.

1.2.3.3 - Pescas.

A indústria pesqueira é também fundamental para o setor piscatório, que se encontra num estado de franco desenvolvimento. Depois da independência em 1990, a Namíbia fechou as suas águas territoriais, limitando o acesso a embarcações de pesca estrangeiras¹³.

1.2.3.4 - Indústria: Transformadora, extrativa.

A indústria mineira é a mais importante actividade económica da Namíbia, com ênfase para exploração de minérios como o diamante e óxido de urânio, embora sejam reconhecidas as potencialidades na exploração do ouro, gás natural e petróleo. A extração e o processamento de minerais para exportação representa cerca 20% do PIB e 50% das divisas recebidas pelo país.¹⁴

1.2.3.5- Comércio.

No comércio a Namíbia tem uma Política da Concorrência baseada nas premissas do *Competition Act de 2003* e regulada pela *Namibian Competition Commission (NaCC)*. Esta lei visa garantir a eficiência e desenvolvimento da economia namibiana e ao mesmo tempo assegura que os consumidores tenham acesso a uma vasta gama de produtos a um preço justo, promovendo assim o bem-estar económico-social dos cidadãos e a posição da Namíbia nos mercados internacionais. O NaCC também tem como função controlar todas as fusões e aquisições de empresas, assim como todas as práticas implementadas pelas empresas de forma a evitar a existência de concorrência desleal nos mercados¹⁵.

¹³ <http://www.cecplp.org/namiacutebia.html>

¹⁴ <http://www.cecplp.org/namiacutebia.html>

¹⁵ Guia de Mercado da República da Namíbia

1.3 - A ocupação do Sudoeste Africano/Namíbia.

O Sudoeste Africano/Namíbia era ocupado ilegalmente pelos racistas Sul-Africanos depois da Alemanha. A Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) foi fundada em 1960 e presidida por Sam Nujoma, tendo iniciado sua luta seis anos depois da sua fundação, exactamente no dia 26 de Agosto de 1966, tendo à cabeça o Exército Popular de Libertação da Namíbia.

Dois anos depois, a ONU proclama a ilegalidade da ocupação sul-africana do país, que passa a chamar-se Namíbia pela comunidade internacional. Angola torna-se independente em 1975, e a SWAPO encontra protecção e intensifica a guerra de guerrilha (Castro, 2013).

Na Conferencia de Berlim realizada em 1884-1885, o império alemão proclamava a colónia do Sudoeste Africano (actual Namíbia), a intervenção da administração colonial alemã em Kaokoland (antiga unidade administrativa no noroeste da Namíbia), a mesma manteve-se, contudo, limitada a algumas expedições. Em 1907, quando os alemães empreenderam as suas devastadoras guerras contra os insurgentes Herero e Nama, Kaokoland foi declarado uma reserva natural¹⁶.

Na obrigatoriedade estrutural do trabalho surgem de forma imperiosa dar resposta à pergunta de partida ou científica, que se constitui num problema deparado, e a sua volta girou o cerne da investigação descritiva de todo trabalho: Porquê que a África do Sul tentou instalar o sistema do apartheid na Namíbia?

A verdade é que a Alemanha foi a primeira potência europeia que colonizou o Sudoeste Africano (actual Namíbia), mas tendo em conta o preâmbulo da Grande Guerra Mundial iniciada em 1914 que terminou em 1918. Com fim da guerra, os países vencedores assinam o tratado de Versalhes e a Alemanha é responsabilizada, pois foi considerada a grande causadora do conflito. Em virtude disto, foi obrigada a abandonar os seus territórios que passaram para a

16

http://www.kunene.riverawarenesskit.com/KUNENERAK_COM/PT/PESSOAS/PEOPLE_OF_THE_BASIN/HISTORY_OF_THE_BASIN_PEOPLE/NAMIBIA_EUROPEAN_PRESENCE.HTM

Liga das Nações. Para o caso da Namíbia, após o abandono do território, a Liga das Nações outorgou a sua administração para o governo sul africano.

Antes de 1921, em 1915, durante a Campanha do Sudoeste Africano na Primeira Guerra Mundial, a África do Sul, ocupava a colônia alemã. Depois da guerra, foi declarada um Mandato da Sociedade das Nações nos termos do Tratado de Versalhes, com a União da África do Sul

responsável pela administração do Sudoeste Africano, incluindo Walvis Bay. É desta forma que a África do Sul administrou a Namíbia, por conseguinte usou todas as formas possíveis de instalar o Apartheid como sistema político-ideológico.

1.3.1- Alemanha.

A Namíbia foi entre 1884 e 1915 uma colônia do Império Alemão. Inicialmente era ocupada por Franz Adolf Eduard Lüderitz, um comerciante alemão que trabalhava na África do Sul, como o seu negócio não teve muito sucesso, ele decidiu se mudar para Angra Pequena, uma baía até então não dominada por nenhuma outra potência, mas já previamente explorada pelos portugueses em 1487 (Maia, 2018).

Em 1883, Franz realizou a compra da região e solicitou apoio alemão, pois temia que o Império Britânico pudesse clamar o território como seu. Assim, uma expedição alemã foi enviada a Angra Pequena a fim de analisar e validar o pedido de Franz que foi aceite em Abril de 1884 (Idem, 2018).

Essa aceitação alemã tinha em vista a anulação da ameaça britânica que pretendia ocupar o território. Assim, a Alemanha reconhece o território e estabelece a sua primeira colônia.

Durante a famosa Conferência de Berlim, as potências europeias pretendiam criar condições para a divisão do “bolo africano” e assim oficializar o domínio dos territórios africanos. As decisões tomadas na Conferência foram muito significantes para o desenvolvimento do continente, uma vez que a região foi

dividida em um grande número de países, sem levar em consideração o desejo dos povos que ali habitavam (Idem, 2018).

O território ficava sob domínio alemão até que se iniciou a primeira Guerra Mundial, em 1914. Esta guerra terminou em 1918 e dois anos depois foi criada a Liga das Nações que passou em Janeiro de 1921 o território namibiano para o governo sul africano¹⁷.

1.3.2 - A República Sul Africana

É um Estado soberano do continente Africano, o mesmo situa-se na África Austral na extremidade sul do continente entre o Oceano Atlântico, a Oeste, e o Oceano Índico, a Leste. Faz fronteira a Noroeste com a Namíbia; a Norte com o Botsuana e o Zimbabué e a Nordeste com a Suazilândia e Moçambique.

1.4 - Estabelecimento do Regime do Apartheid

A chegada dos primeiros brancos nas terras de Mandela acontece, aproximadamente em 1652, sendo eles os responsáveis pela fundação da União Sul Africana com um forte domínio britânico. Na sequência dessa fundação, surgem dois partidos: o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), constituído por várias raças, e o Partido Nacional Africano (ANC), primeira organização política de libertação do continente africano. A partir de 1948, todos os membros de governo e altos funcionários passaram a ser brancos e membros do Partido Nacionalista, que atingiu o poder do Estado da República Sul-Africana.

Nesta altura, era pregado uma política de segregação racial absoluta, conhecida por “Apartheid”, condenada severamente por quase toda a comunidade internacional. Uma minoria de brancos dominava selvaticamente uma maioria negra. Os negros não tinham o direito de ser livres, de escolher o lugar da sua residência, de estudar e até mesmo de trabalhar. A vida dos negros na África do Sul era separada da dos brancos. O Apartheid começou a sofrer golpes quando os países da África Austral começaram a tornar-se independentes, como aconteceu com Angola, Moçambique e o Zimbábwe. Estes países intensificaram as pressões internas através do apoio à luta de

¹⁷ <https://pt.m.wikipedia.org>

libertação das organizações e, por outro lado, às pressões internacionais (Idem, 2018).

Na África do Sul, a luta era liderada pelo partido ANC que conduziu inevitavelmente à liberdade do povo Sul-Africano e à eliminação do Apartheid com as eleições livres e democráticas realizadas em 1994, essas deram vitória ao ANC e Nelson Mandela tornava-se o novo presidente da República da África do Sul.

O sistema de *apartheid* (separação discriminatória das raças), foi instaurado na África do Sul a partir de 1910 para privilegiar o domínio dos colonos brancos que comportavam naquela altura apenas 20% da população. Esta minoria era reforçada por uma segregação racial e especial nos anos 40 do século xx. Mas a partir de 1989, face à resistência negra e a reprovação internacional, Frederik de Klerk suprimiu as leis segregativas (Cardoso & Ferreira, 2001).

A implementação do Apartheid acontece em 1948, mas a política segregacionista que sustentava este regime antecede à esta data, pois a ideia da superioridade dos brancos, bem como a discriminação racial eram vistas como uma exigência para a implementação do sistema de exploração agrária que era uma prática comum entre os *afrikaaners*, embora essa agricultura ser considerada, na altura, atrasada e pouco lucrativa, se comparadas com as actividades agrícolas no Cabo e no Natal (Pereira, 2008).

O *Apartheid* começou a ser praticamente institucionalizado no início da década de 1950 com a aprovação e implementação das normas e leis que passaram a regulamentá-lo, sobretudo o "Acto nº 30 de Registo da população". Havia ainda o *Group Areas Act* que delimitava os espaços que deveriam ser frequentes pelas diferentes raças, chegando mesmo a ser uma exigência constitucional, excluindo os negros da cidadania sul africana, passando a ter uma cidadania designada como pátria Bantu (Nascimento, 2009).

No início do século XX, após o chamado "Grande Treck" e a guerra Anglo-Boer", o país possuía quatro diferentes grupos sociais principais: os africânderes (descendentes de Bóeres), os sul-africanos descendentes de ingleses, negros (de diversas tribos) e *coloureds*. Como consequência da

guerra Anglo-Boers, os bóeres ficaram sem campos, foram obrigados a migrarem para as cidades, onde eles não encontraram bons empregos e passaram a competir no mercado da mão-de-obra barata e dos subempregos como negros (Idem, 2009).

Também vale reiterar que os bóeres uma vez inconformados com a discriminação, intensificavam o nacionalismo bóer, porque um africânder achava que não podia trabalhar com um negro ou mestiço, dividir o seu espaço com uma daquelas "raças supostamente inferiores", era como tirar-lhe a dignidade. Foi neste período em que os bóeres organizaram-se mais uma vez para que houvesse separação das raças, desejando reafirmar a sua posição superior. Eram a maioria no eleitorado, ao contrário dos negros. Logo, em 1910 as primeiras eleições foram ganhas pelos mesmos e assumiram cargos mais altos na política sul-africana (Idem, 2009).

A solução interna proposta pelos sul-africanos tinha como objectivo realizar a manutenção dos privilégios da minoria branca do país, em alinhamento com o *apartheid* sul-africano, estabelecendo a segregação racial por meio dos autóctones. Ora vejamos:

A aprovação da Constituição da União Sul-Africana implicada fundamentalmente em Cabo, Natal, Orange e Transvaal), levou a população negra a estar privada de vários direitos, como o voto, propriedade da terra. Após a independência em 1910, foram aprovadas várias leis que apresentavam um espírito segregacionista. Estas leis começaram a ser implementadas em 1913, onde se destaca o *Native Labour Act* que determina a extensão da submissão dos trabalhadores urbanos às fazendas. Assim, com base nessa lei, o território foi dividido em duas partes, passando os negros a ocupar apenas 7% do território, enquanto os brancos ocupavam 93% (Pereira, 2008, p. 140).

Estas atrocidades discriminatórias foram uma realidade cujos praticantes já estavam naquele país desde o século xvii, quando a cidade do Cabo foi transformada ou considerada como o primeiro local de implantação dos colonos holandeses, os *Boers* tinham alargado o seu território à custa dos indígenas, no início do século xix, os britânicos estabeleceram-se na região para proteger a rota do Cabo. Fugindo da tutela britânica, dois Estados *Boers* constituíram o Transval e o Estado livre de Orange (Cardoso & Ferreira, 2001).

A descoberta de jazidas diamantíferas e auríferas reforçaram a imigração britânica e avivou as atenções entre indivíduos de sua Majestade e Boers. Por

esta razão, em 1872, o *self-government* da colônia do Cabo foi restaurado, nesta altura o imperialismo britânico encontrava a sua encarnação na pessoa de Cecil Rhodes, homem de negócios que obteve praticamente o monopólio dos diamantes de *Boers Consolidated Mines*. Neste momento as hostilidades tinham se intensificadas, e a Krueger, presidente da República do Transval, conduziu a guerra dos *Boers* que opunham os ingleses e os *Boers* entre 1899 a 1902. E, em 1902, os Boers foram vencidos e por sua vez acabaram por aceitarem a soberania britânica (Idem, 2001).

As hostilidades coexistiram devido as opressões impostas no então pelos intrusos, e a liberdade desde sempre foi um dos grandes problemas fundamentais do homem. Aquando a questão sul-africana, o problema alastrou-se para a Namíbia depois da retirada da Alemanha neste território, cujo fim custou vidas humanas até à independência.

**CAPÍTULO II: A INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA E O DESMORONAMENTO
DO SISTEMA DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL**

CAPÍTULO II: A INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA E O DESMORONAMENTO DO SISTEMA DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL.

2.1 - O Processo de Luta de Libertação Nacional para a independência do Sudoeste Africano contra o regime do Apartheid

Tal como aconteceu em muitas regiões africanas, o processo de libertação teve sempre como braço de luta nacional a constituição de um movimento/organização de libertação. Para o caso do Sudoeste Africano, foi constituída a Organização do Povo do Sudoeste Africano, SWAPO, que debateu-se numa luta colonial diante do regime sul africano. A SWAPO, Namíbia, é um movimento de libertação para a independência da Namíbia, a SWAPO vinha operando a partir das bases zambianas, atacando alvos em Caprivi. Durante a década de 1970, as Nações Unidas emitiram selos e envelopes para apoiar uma Namíbia livre e independente. Porém, no decurso de negociações demoradas, o conflito foi-se arrastando até ao início de 1989, um ano antes da proclamação da independência à 21 de Março de 1990 (Hurk, 2001).

2.1.1 - A Luta de Libertação Nacional conduzida pela Swapo.

A década de 1960 foi fundamental para o processo de luta de libertação de várias regiões africanas, pois enquanto umas iam proclamando sua emancipação, outras iniciavam o seu processo de luta. Para o caso da Namíbia, a SWAPO deu início a luta de libertação nacional em 1966, mas só conseguiu ganhar alguma notoriedade a partir de 1975, ano da proclamação da independência de Angola um parceiro que foi determinante para a sua libertação, pois nesse ano, o movimento do sudoeste africano passou a ter o apoio do governo angolano. Fruto disso, a sua foi conseguindo vitórias diplomáticas, tal como aconteceu em 1965 quando passou a ser reconhecida pela OUA como único e legítimo representante do povo namibiano. Já depois do apoio de Angola, destaca-se a vitória de 1971, quando o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) declarou ilegal a ocupação do Sudoeste Africano por parte do governo sul africano, passando, deste modo, a exigir a retirada imediata dessas forças (Branco, 2003).

Um certo impasse no terreno, foi adiando a aplicação desta deliberação durante quase 20 anos, levando ao envolvimento do Grupo de Contacto, constituído por um conjunto de países, onde se destaca os Estados Unidos da América (EUA). Para este grupo, o ponto de partida foi a Resolução 3859 do Conselho de Segurança da ONU que determinava a realização de eleições livres como meio para decidir o futuro do território (Idem, 2003).

A SWAPO, foi reconhecida em 1973 pela Organização das Nações Unidas, apesar que a sua luta pelo território namibiano vem desde, o dia 21 de Março de 1966. Esse reconhecimento permitiu a consolidação da luta de libertação e orientou actividades políticas no interior do território através da mobilização das populações para a luta¹⁸.

Na perspectiva de Hillebrecht (2007), a ocupação Alemã tal como sul-africana foi desde sempre marcada pelos protestos, a supressão pelo regime ataçaram ainda mais as chamas da resistência. Em 1959, as organizações de professores, igrejas independentes, associações de trabalhadores migrantes e alguns líderes tradicionais envidaram esforços para formar duas organizações políticas de âmbito nacional: a South West Africa National Union (SWANU), sediada na sua grande maioria nas regiões centrais e sulinas, e a South West Africa People's Organisation (SWAPO), proveniente do norte. Originalmente, os dois movimentos possuíam poucas diferenças ideológicas, porém as divergências entre seus líderes continuaram a crescer. Com o passar do tempo, a SWAPO se transformou numa organização mais estável e com base popular.

Entre 1904 e 1907, os hereros e os namaquas se revoltaram contra o domínio alemão. Em resposta, os alemães realizaram o genocídio dos hereros e namaquas. O domínio alemão durou sobre o território namibiano terminou após o fim da Grande Primeira Guerra Mundial, pois após a guerra, os países vencedores, reunidos no palácio de Versalhes, França, atribuíram o território à Sociedade das Nações que acabou por indicar o governo sul africano como gestor do Sudoeste Africano. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, era suposto o território tornar-se autónomo, mas a União Sul Africana ficou a

¹⁸ Manual de Apoio de História da 12ª classe, 2001- reforma educativa. Angola.

ocupar o território ilegítimamente, integrando-a como uma província sul-africana¹⁹.

A SWAPO luta contra a ocupação estrangeira da Namíbia desde 1966, este movimento independentista namibiano, lançou uma guerra de guerrilha contra as forças ocupantes sul-africanas, mas só em 1988 conseguiu encontrar consenso da parte sul africana com a assinatura de um acordo que continha um plano de paz da ONU para toda a região Austral²⁰.

Com essa intenção, o governo sul africano pretendia demonstrar a UNTAG (*United Nations Transition Group*), responsável pelo processo de transição é aliada da SWAPO e não está preparada para desenvolver a sua actividade. A ONU, como sempre, não é expedita na sua acção. Desta feita, o regime de apartheid aproveitou lançar a ideia de que a UNTAG não tinha orçamento nem meios, viaturas e helicópteros e que apenas alguns “capacetes azuis” e especialistas de comunicações estão instalados no terreno. O objectivo dessa ideia era de mostrar que a presença da máquina de guerra sul-africana ainda é necessária na Namíbia, e de controlar um *status quo* favorável à minoria branca sul africana. Um ano antes da proclamação da independência da Namíbia, 1989, em notórias as chantages que o governo sul africano fazia à ONU, com base no lançamento de um clima de medo sobre os povos namibianos e sobre a região Austral (Hillebrecht, 2007). A SWAPO teve sempre bases no interior da Namíbia e o PLAN, braço armado da SWAPO, realizou várias operações contra os ocupantes sul-africanos, os ataques do PLAN contra as tropas sul-africanas tiveram um incremento em 1985, e o nível de combates nessa altura era alto. Em Julho de 1985, os combatentes do PLAN atacaram as tropas sul-africanas em mais de 123 ocasiões. Os ataques tiveram lugar junto das bases militares sul-africanas em Oshakati e Eenhama. Em Novembro de 1985, o PLAN atacou a base militar do Ruacaná, causando sérios danos (Idem, 2007).

Ainda, na descrição do mesmo autor, em Abril de 1989, quatro meses após os Acordos de Paz de Nova Iorque, a África do Sul tentava fazer crer ao mundo

¹⁹ http://www.embassyofnamibia.org.br/html/portugues/nam_hist_desenv_polit.htm

²⁰ http://www.embassyofnamibia.org.br/html/portugues/nam_hist_desenv_polit.htm

que os combatentes da SWAPO nunca estiveram no interior da Namíbia, apenas em Angola. Os serviços de inteligência sul-africanos anunciaram então que, ao longo da fronteira com Angola, havia uma penetração massiva de guerrilheiros do PLAN, com armas ligeiras, pesadas e mísseis terra-ar. O regime do apartheid apresenta isso como uma ameaça à aplicação da Resolução 435 e solicita à UNTAG que deixe as suas forças intervirem no terreno.

A presença de forças externas na luta de libertação da Namíbia foi fundamental para a pressão ao governo sul africano. O impacto destas forças contribuiu para o período antes e pós independência. No plano doméstico, a SWAPO adoptou uma ideia de liberalismo, enquanto buscava adoptar uma política externa regional que se assentava na realidade do seu próprio desenvolvimento. Essas questões permitiram a consolidação de uma hegemonia interna (Silva, 2016).

2.1.2 - A ONU e o seu papel no processo de luta de libertação da Namíbia

Com o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as nações vitoriosas decidiram reunir em Paris, no Palácio de Versalhes, onde, entre outras questões, abordaram a necessidade da criação de um organismo supranacional que pudesse prevenir novos conflitos mundiais. Foi assim que surgiu a SDN, baseada nos 14 pontos de Paz, propostos pelo presidente norte-americano Wilson, cuja sede ficou estabelecida na Suíça.

Segundo Almeida (2000), a criação da SDN, tinha como principal finalidade evitar a repetição de um conflito entre as Grandes Nações Civilizadas e, ao mesmo tempo, perpetuar o domínio das potências vencedoras, negando a entrada dos vencidos na Organização, entre os quais foi colocada a Rússia, devido à Revolução de Outubro. Quando a SDN foi instituída, ficou determinado entre os diversos Comitês a serem criados, um regulamento vocacionado para os problemas decorrentes da nova situação em África, e a mesma trataria os assuntos dos antigos territórios ultramarinos e alemães.

O Sistema de Mandatos da SDN estava definida por três diferentes modelos, a divisão territorial das colónias alemãs pela África do Sul (Sudoeste Africano),

Bélgica (os territórios que hoje forma o Burundi e o Ruanda), França (Togo e parte dos Camarões) e Grã-Bretanha (Parte dos Camarões e Tanganica). Portugal também conseguiu obter ganhos territoriais, como é o caso das pequenas faixas no norte de Moçambique e no sul de Angola. As colónias europeias em África ficavam assim redesenhadas (Idem, 2000).

Ora, vejamos os seguintes acontecimentos relativos à Namíbia:

Em 1884, Alemanha anexa a região do Sudoeste Africano; em 1915, África do Sul invade e ocupa o Sudoeste Africano; e em 1920, a Sociedade das Nações incumbe a África do Sul de tutelar o Sudoeste Africano, antiga colónia alemã.

Os acontecimentos supracitados ilustram que a SDN foi incapaz de resolver o problema da Namíbia, antes pelo contrário agravava a situação do ex-sudoeste Africano, porque a ocupação da Namíbia pela África do Sul trouxe a discriminação racial no país, más políticas do Apartheid, a implementação de algumas leis tão cruéis que oprimiam os negros, a maioria negra não possuía direitos políticos ou económicos pela inibição do apartheid, a brutalidade da polícia sul-africana e a exploração das riquezas namibianas tal como: diamante, urânio, cobre, zinco e chumbo, por empresas das 26 multinacionais de minoria branca que controlava todo tipo de poder daquele território (Pini, 2014).

Para Maia (2018), o Status Internacional do Sudoeste Africano foi exequível através do Parecer Consultivo dado em 11 de Julho de 1950, a pedido da Assembleia Geral, as Nações Unidas estavam preocupadas com a determinação do estatuto legal do Território, a administração da qual havia sido colocada pela Sociedade/Liga das Nações após a Grande Primeira Guerra Mundial que atribuiu o território ao governo sul africano.

A Carta das Nações Unidas não previa que os antigos territórios ordenados deveriam automaticamente ser submetidos à tutela. A Corte considerou que a dissolução da Liga das Nações e de sua máquina de supervisão não implicava o lapso do Mandato, e que o poder obrigatório ainda estava sob a obrigação de prestar contas de sua administração às Nações Unidas, que estava legalmente

qualificada para exercer as funções de supervisão anteriormente exercidas pela Liga das Nações²¹.

O grau de supervisão exercido pela Assembleia Geral não excedeu o que se aplica no âmbito do Sistema de Mandatos e esteve em conformidade, tanto quanto possível, ao procedimento seguido a este respeito pelo Conselho da Liga das Nações. Por outro lado, o poder obrigatório não tinha a obrigação de colocar o Território sob tutela, embora pudesse ter certos deveres políticos e morais nesse sentido. Finalmente, não tinha competência para modificar unilateralmente o *status* internacional do Sudoeste da África²².

Neste Parecer Consultivo de 1 de Junho de 1956, a Corte considerou que estaria de acordo com seu Parecer Consultivo de 1950 sobre o *status* internacional do Sudoeste Africano. As regras foram estabelecidas pela Assembleia Geral, para conceder audiências orais aos petionários sobre questões relativas ao Território do Sudoeste Africano, tal curso foi necessário para a manutenção da supervisão internacional efectiva do mandato do território. A Assembleia Geral foi legalmente qualificada para realizar uma supervisão eficaz e adequada da administração do território obrigatório²³.

Sob a Liga das Nações, o Conselho teria sido competente para autorizar tais audiências. Embora o grau de supervisão exercido pela Assembleia não excedeu o que se aplicava no âmbito do Sistema de Mandatos, a concessão de audiências não envolveu tal excesso no grau de supervisão. Dadas as circunstâncias então existentes, a audiência dos petionários pela Comissão do Sudoeste da África veio ser do interesse do bom funcionamento do Sistema de Mandatos²⁴.

Segundo Maia (2018), após o parecer consultivo anterior, a Assembleia Geral relativa ao Status Internacional do Sudoeste Africano, em 11 de Outubro de 1954, aprovou uma regra especial F sobre o procedimento de votação seguida pela Assembleia na tomada de decisões sobre questões relativas a relatórios e petições relativas ao Território do Sudoeste Africano. De acordo com esta

²¹ <http://www.icj-cij.org/en/case/10>

²² <http://www.icj-cij.org/en/case/10>

²³ <http://www.icj-cij.org/en/case/31>

²⁴ <http://www.icj-cij.org/en/case/31>

Regra, tais decisões foram consideradas em questões importantes no sentido do artigo 18º da Carta das Nações Unidas e, portanto, exigiu uma maioria de dois terços dos membros das Nações Unidas presentes a votar.

Em seu Parecer Consultivo de 7 de Junho de 1955, o Tribunal considerou que a Regra F era uma aplicação correcta de seu parecer consultivo anterior. Referia-se apenas ao procedimento, e as questões processuais que não eram relevantes ao grau de supervisão exercida pela Assembleia Geral. Além disso, a Assembleia tinha o direito de aplicar o seu próprio procedimento de votação e o regulamento F estava de acordo com a exigência de que a supervisão exercida pela Assembleia deveria estar em conformidade, tanto quanto possível, ao procedimento seguido pelo Conselho da Liga das Nações (Idem, 2018).

Quanto a ONU, diga-se que, a sua actuação não foi tão incipiente quanto da SDN, porque ela foi a última instituição de carácter internacional que deu uma certa influência na resolução do problema namibiano. Neste caso a ONU já era a única agência com credibilidade suficiente entre as várias partes para intervir com eficácia no caso namibiano, é claro que desempenhava um estatuto mais directo sobre o Sudoeste, já que de acordo com a Lei Internacional, o território era da responsabilidade do Sistema de Tutela da ONU.

De modo comparativo, o governo sul africano seria provavelmente capaz, militar e administrativamente, de superintender à independência da Namíbia. Mas não reunia, por razões evidentes, a confiança para o fazer por parte dos outros estados da África subsariana. À ONU foi então pedido que viesse não só por causa da sua particular responsabilidade legal para com a Namíbia mas, de forma mais genérica, para desinfectar a situação contra quaisquer contágios coloniais (MacQueen, 2004).

A ONU é uma organização internacional fundada em 1945, visa a promoção da cooperação internacional e a criação e a manutenção da ordem internacional, assim, em 1945, quando as nações estavam em ruínas após o maior conflito bélico da história e em busca de paz, 51 países se reuniram em São Francisco para assinar a Carta das Nações Unidas que, por sua vez, criou a ONU (Maia, 2018).

Face a ocupação sul-africana, a ONU criou embargos obrigatórios à venda de armas para África do Sul, em um momento de inflexão das potências ocidentais com o poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada a ONU que acabou por substituir o Sistema de Mandatos da Sociedade das Nações pela Sistema de Tutela, herdando todos os territórios atribuídos a este sistema como ficou vincado na Carta das Nações Unidas. Diante este clima internacional, o governo sul africano passou a temer a crítica internacional devido as suas possessões, com desta que para o Sudoeste Africano, território atribuído na década de 1920. Assim, perante o clima internacional, os sul africanos, vão tentar, ao longo da realização da Conferência de São Francisco em 1945, conseguir um acordo internacional ou uma autorização para a anexação definitiva do Sudoeste Africano (Branco, 2003).

O Mandato sul africano foi revogado 20 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, passando a sua administração directo às Nações Unidas, mas o governo sul africano recusou essa directiva, não reconhecendo a resolução das Nações Unidas e por isso continuou a rebeldia à administrar o território namibiano, levando a Assembleia Geral das Nações Unidas a aprovar no dia 12 de Junho de 1968 uma resolução, atendendo à demanda da população local, que renomeava o Sudoeste Africano (Maia, 2018).

No desenrolar dos problemas relativos a Namíbia, a ONU jamais cruzou os braços do seu poder de expedita, deste modo, a ONU tinha formado um Comité Ad-Hoc sobre o Sudoeste Africano, que emitiu seus próprios relatórios independentes sobre a administração e o desenvolvimento desse território a fim de implementar a decisão da Corte (Idem, 2018).

Para fazer valer a sua resolução, as Nações Unidas vai advogar o direito de tutela do território do Sudoeste Africano, permitindo o reconhecimento da SWAPO como digno representante do povo namibiano.

As acções da ONU sobre a oficialização do Apartheid na Namíbia foram levadas para análise do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os países membros, fundamentalmente os países ocidentais procuraram garantir

a mediação das negociações, bem como a moderação das acções contra o governo sul africano (Silva, 2016).

Apesar do clima que era desfavorável ao governo sul africano, este foi adiando a cedência dos territórios, questionando a validade da jurisdição das Nações Unidas a respeito dos mandatos. Para dar força a essa ideia, o Primeiro Ministro sul africano, Jan Smuts, declarou em 1946 que o território do Sudoeste Africano era uma quinta província do seu país. Perante essa realidade, a Assembleia Geral das Nações Unidas requisitou uma reunião da Corte Internacional de Justiça com o intuito de julgar o *status* internacional do território da Namíbia (Maia, 2018).

Em 1950, a acção foi condenada, uma vez que a dissolução da Sociedade das Nações não dava fim ao mandato do sistema de mandatos em que o governo sul africano deveria prestar contas para a organização, assim, a ONU, por ser legalmente considerada sucessora da Liga e supervisora das ações previamente estabelecidas pela organização, seria responsável por acompanhar e decidir sobre os mandatos (Idem, 2018).

A ONU continuou a condenar a atitude sul africana e em 1966 acaba por declarar a falha em manter em segurança, quer material, quer moral dos povos da Namíbia, por isso, foi barrando a supervisão do mandato sul africano. Neste mesmo ano, a ONU adoptou a Resolução 2145 que de forma assertiva encerrava o mandato sul africano sobre o Sudoeste Africano (Idem, 2016).

Com essa resolução, foi criada um Subcomité para o Sudoeste Africano que passou a estar encarregado de recomendar a aplicação de políticas concretas que visassem a proclamação da independência da Namíbia. Assim, era recomendado a saída imediata dos sul africano no território namibiano (Idem, 2016).

A Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 435, 29 de Setembro de 1978; e o n.º 629, 16 de Janeiro 1989. Duração: Abril de 1989 a Março de 1990. Força máxima: 8000. Função: Prestar segurança e auxílio administrativo durante a transição da Namíbia para a independência em relação à África do Sul. Missão cumprida com sucesso em um ano. (Processo combinado com as actividades da UNAVEMI em Angola) (MacQueen, 2004, p. 141).

Segundo Branco (2003), a UNTAG foi um grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas. Pertencente as Nações Unidas, apresentava uma componente civil, mas também continha no seu aparato um contingente policial e militar que não ultrapassava os 5 mil militares. Além destes, essa organização incluía também observadores internacionais e trabalhadores locais, sendo que os primeiros eram enviados com o propósito de acompanhar processos eleitorais.

Assim, a grande missão da UNTAG passava pela criação de condições que viabilizassem a realização de eleições livres e justas dentro dos prazos previstos. Para tal, UNTAG foi evidando esforços para lá do trabalho de missões de *peacekeeping*. A sua instalação no terreno, permitiu à UNTAG eliminar as várias campanhas de intimidação que eram levadas a cabo pelos vários apoiantes da *Democratic Turnhalle Alliance*, um movimento que apoiava a causa sul africana, mas também existia uma certa pressão de apoiantes da SWAPO. Deste modo, a UNTAG foi a responsável pela criação de um clima favorável ao diálogo entre as partes, DTA e SWAPO, permitindo a resolução de várias questões (Idem, 2003).

Pini (2014), quanto a UNTAG, salientou que a Resolução 435 teve como base os dispostos nas resoluções 385, 431 e 432, e deixava claro que a emitida da manutenção de diálogo entre sul africanos e namibianos.

Assim, a UNTAG foi criada ao abrigo da Resolução 385 e apresentava-se como um mecanismo de auxílio e representante da ONU na criação e condução das eleições num país tendo a supervisão da própria ONU, mas também contava com a cooperação sul africana na implementação daquela Resolução e declarando suas acções unilaterais na administração da Namíbia como nulas.

2.1.3 - A Contribuição de Angola no processo emancipacionista da da Namíbia.

O processo que levou a emancipação do Sudoeste Africano foi conduzido pela SWAPO Angola concedeu o seu território para que esta organização tivesse as suas bases militares bem como albergou milhares de cidadãos do território

do Sudoeste Africano na condição de refugiados. As bases da SWAPO em Angola serviam para o treinamento militar do braço armado da SWAPO.

Quanto ao papel político de Angola na região Austral de África, é importante realçar, que até aos anos 60, tinha uma postura de não intervenção nas questões políticas da região. Este quadro mudou, logo após a sua libertação colonial e a penetração das tropas sul africanos no território angolano, passando a ter uma participação activa na defesa de seus interesses, apoiando a luta namibiana, revelando-se como um parceiro muito estratégico para a libertação da Namíbia sob domínio sul africano, ao mesmo tempo que contribuía para a implementação da democracia nas terras de Mandala e o consequente fim do regime do Apartheid. Devido a isto, Angola, liderada por José Eduardo dos Santos, passou a ser encarada como um Estado fundamental na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, pois participou activamente na resolução dos problemas da região (Sita, 2017).

Para Pini (2014), a convergência de interesses aproximou a SWAPO do MPLA, e quando da independência de Angola, Nujoma liderou pessoalmente a delegação de seu partido na Conferência Internacional de Solidariedade de Luanda, em fevereiro de 1974.

O MPLA, apesar de travar uma guerra civil em Angola pela disputa do poder contra a FNLA e a UNITA, ofereceu apoio logístico ao PLAN da SWAPO, que passou a atuar fortemente entre as fronteiras de Namíbia e Angola, ampliando sua atuação e sendo capaz de criar bases de treinamento e campos de refugiados em território angolano. O fim do domínio colonial português na África também ofereceu uma nova oportunidade de captação de recursos para a SWAPO, uma vez que o financiamento da OUA destinado às lutas das ex-colónias portuguesas nesta altura eram realocados, em grande parte, para o PLAN, que também recebia armas dos países do Leste. Além disso, um maior contingente de jovens atravessavam as fronteiras com Angola para se juntar aos quadros da SWAPO (Idem, 2014).

Segundo Hurk (2001), a guerra de baixa intensidade contra a SWAPO apoiada pelo MPLA e as forças cubanas continuou entre 1976 e 1988. Durante este período, a principal Estação de Correio de Campanha sul africana no território

namibiano funcionava em *Grootfontein*, enquanto a SWAPO operava a partir de Angola, dando-se uma posição de reforço, pois contava com o apoio do braço armado do MPLA, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, bem com as forças cubanas rondavam os 36.000 homens; a força cubana acabaria por aumentar até cerca de 70.000 no final do conflito, em 1988.

Quanto aos apoios oferecidos pelo governo angolano, destaca-se o dia 22 de Dezembro de 1988, devido as assinaturas feitas através dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países envolvidos, tal como: Afonso Van-Dúnem (Mbinda), angolano, Isidoro Malmierca, cubano, e Roeloff Botha, sul-africano, todos assinaram em Nova Iorque os acordos para a resolução dos conflitos no Sudoeste de África (Tomás, 2014).

É importante destacar também que para os Estados Unidos o forte envolvimento de forças cubanas na luta angolana reduziu substancialmente a possibilidade da África do Sul obter uma vitória militar, o que explica a mudança de posição dos Estados Unidos que acabaram por aceitar a participação cubana nas negociações apesar de inicialmente terem recusado essa possibilidade.

Para Tomás (2014), a batalha do Cuito-Cuanavale, foi um facto evidente e muito claro para acreditar que a mesma contribuiu eficazmente para o derrube do regime segregacionista sul africano implementado na Namíbia e na África do Sul, alterando os equilíbrios africanos ao inviabilizar a afirmação da África do Sul como potência hegemónica regional enquanto durava a Guerra Fria.

Visentini (2011), é importante salientar que, a SWAPO conseguiu obter apoio angolano quando os portugueses abandonaram de facto as suas colónias, e desde então se traçou um caminho inspirado no marxismo, que embora a SWAPO nunca se mostrou um autêntico copião do marxismo-leninismo, mas neste período, os sul-africanos procuraram fazer algumas políticas de concessão à Namíbia, e sempre evitaram negociar com a SWAPO, o que era um empecilho para a concretização da paz. O facto de Angola parceira das guerrilhas namibianas estar muito vinculada a Cuba e União Soviética fazia com que os Estados Unidos não tivessem interesse em contrariar os boers.

2.1.4- A proclamação da independência da Namíbia.

A proclamação da independência da Namíbia teve muitos impasses, e este se constituiu num problema que por várias vezes foi levado a discussão na Organização das Nações Unidas, a organização declarava a ocupação do território pela África do Sul como ilegal, a mesma instituição colocava fim do sistema de Mandatos em 1961, este fim foi um dos grandes objectivos da ONU até a independência da Namíbia (Fernandes & Capama, 2011).

A instalação sul-africana provocava resistência dos populares, o governo sul-africano procurou utilizar os mais variados métodos para manter domínio racial no território, mas a intransigência sul-africana levou o povo namibiano a lutar continuamente contra a dominação estrangeira através da *South West People's Organization (SWAPO)*.

Para Maia (2018), o conflito interno pela independência começava a crescer. A oposição interna no país teve papel importante na história. A partir de meados de 1950, a Campanha de Desafio contra Leis Injustas iniciava a resistência no país. Este grupo pautava na desobediência civil, já que eles acreditavam na injustiça do sistema político que segregava os negros. Em menos de um ano de movimento, 8 mil negros já haviam sido presos por desrespeito às leis. Essa luta inspirou a criação do primeiro grupo de luta pela independência da Namíbia. Por mais que o movimento não tenha durado muito, o grupo era formado predominantemente pelo povo herero, o mesmo foi anteriormente massacrado pelos alemães.

O SWAPA se uniu ao povo Ovambo, localizado ao norte do território, formando o SWANU, em 1959, mas se separaram no mesmo ano. Os dois grupos tinham ideias diferentes de como alcançar a independência, logo, isso não gerou apenas a cisão, mas também uma rivalidade interna. A cisão resultou na criação da SWAPO, grupo anteriormente chamado de OPO, mas veio alterar o seu nome para demonstrar representatividade de todo o povo da Namíbia. O SWAPO se diferenciava do SWANU em dois pontos principais: a relação próxima com a ONU e a disposição de entrar em um conflito armado. O SWANU era visto como o grupo sofisticado e elitista, enquanto a SWAPO representava ideais populares (Idem, 2018).

A SWAPO confiava sua campanha enraizada no apoio a diplomacia internacional e na unificação de todos os povos da Namíbia, independente de raça ou religião. Defendia que os políticos deveriam ser eleitos por sufrágio universal, independentemente de cor ou sexo. O grupo lutava pela independência sem esquecer do aspecto social que foi corrompido pelo apartheid, dando importância ao fim do racismo e políticas como educação e saúde pública para todos. Por causa de seu apelo popular, a organização ganhou apoio rapidamente e se tornou o principal movimento de independência na região da Namíbia (Idem, 2018).

Segundo Zólua (2013), para a libertação do Sudoeste Africano foi determinante o envolvimento dos Países da Linha da Frente, da Conferência de Corredação de Desenvolvimento da África Austral, bem como a participação activa de países amigos como Angola que prestou grande apoio militar ao movimento namibiano no processo de luta de libertação. Estas forças, coordenaram esforços com a ONU para a aplicação da Resolução 435/78, de 29 de Setembro, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que determina a independência do Sudoeste Africano.

Após várias negociações, o governo sul africano concordou em ceder à independência da Namíbia e a retirada de suas forças militares do território angolano e em contrapartida, Angola aceitava a retirada faseada das forças militares cubanas que apoiavam as forças angolanas (Idem, 2013).

A SWAPO era liderada por Sam Nujoma, esta organização esteve determinada na luta pela libertação do país, a organização enfrentou o regime sul-africano no domínio político, militar e diplomático. Finalmente a libertação da Namíbia foi proclamada por Sam Nujoma no dia 21 de Março de 1990.

2.2 - O desmoronamento do regime do Apartheid na República da África do Sul.

O fim do Apartheid teoricamente começava em 1982, quando Nelson Mandela e alguns companheiros do CNA foram transferidos para a prisão Pollsmoor. Este foi o primeiro indício de que o Governo Sul-Africano percebeu que o Apartheid estava se enfraquecendo e providências deveriam ser tomadas. Era preciso ceder, pois o país já se encontrava em “Estado de Emergência” e o

número de protestos, casos de violência contra a minoria branca, atentados e greves se tornava cada vez maior.

Na década de 1960, a dinâmica de combate ao racismo foi impulsionada por alguns movimentos, notadamente o embate pelos direitos civis dos negros norte-americanos, a luta contra o colonialismo e pelo fim do regime do Apartheid na África do Sul (Pacheco, 2018).

Foram anos de discussão e tentativas de entendimento entre Mandela que representava os negros e coloureds e autoridades afrikanders. O intuito era acabar com o Apartheid e estabelecer a paz e democracia no país (Nascimento, 2009, p. 36).

Um outro aspecto relevante ligado ao fim do Apartheid está relacionado ao mês de Dezembro de 1996, quando se deu a aprovação da nova Lei Magna sul africana que entrou em vigor em Fevereiro de 1997, tendo se destacado a eliminação formal do regime do Apartheid. Após 4 anos da aprovação da Constituição, o regime segregacionista conheceu seu fim à 17 de Março de 1991, graças ao empenho de várias personalidades, destacando-se Nelson Mandela e o presidente sul africano Frederick de Klerk. Para o fim deste processo, vários factores contribuíram para o fim do Apartheid tais como a intensificação de manifestações contra o sistema, a escassez do domínio branco no território sul africano e a volta da legalidade do CNA. O processo de luta contra o Apartheid foi revestido de diferentes formas, como pacíficas ou de desobediência civil, ambas formas convergiam para o término de um sistema em que o Estado legalizou e institucionalizou, tornando os homens desiguais pela origem, fenótipo, língua e religião (Tannus, 2018).

Até este acontecimento que deu o fim do sistema segregacionista verificaram-se diversas situações que levaram ao efectivo fim do Apartheid. Destas, segundo Almeida (2000), destacam-se:

1 - a outorga do Prémio Nobel da Paz ao bispo negro anglicano Desmond Tutu, em 1984; 2- os encontros entre o presidente sul-africano Pieter Botha e o presidente moçambicano Samora Moisés Machel, em Inkomati, em Outubro de 1984; 3- a morte deste em acidente de aviação, em Outubro de 1986, sobre território sul-africano, o que levou alguns estrategos a acusarem os serviços secretos sul-africanos de estarem por detrás deste acidente; 4- a emissão Live

Aid, em Junho de 1998, de um espectáculo musical de homenagem a Mandela e retransmitido, via TV, a partir de Londres, para cerca de 40 países; 5- o Acordo Quadripartido, em Agosto de 1988, entre a R. S. A., Angola, Cuba e N.U., com a supervisão dos Estados Unidos, para a independência da Namíbia; em Janeiro de 1989, devido a um acidente vascular cerebral Botha é substituído na chefia do Estado por de Klerk; 6- em Fevereiro de 1990, de Klerk anunciava, no Parlamento sul-africano, a vontade de libertar Nelson Mandela “sem condições” bem assim como a legalização do Partido Comunista Sul-africano (SACP), Congresso Nacional Africano (ANC) e Congresso Pan-africano (PAC); 7- o fim do Land Acts e da Population Registration Act, em Fevereiro de 1991; 8- em Dezembro de 1991, na sequência da queda do Muro de Berlim e da independência das Repúblicas soviéticas que formavam a URSS, é arriada pela última vez a bandeira soviética; 9- e por fim, a declaração foi oficial do fim do regime do Apartheid foi anunciada no dia 30 de Junho de 1991 (Almeida, 2000).

Apesar desta data, só foi a partir de 1994 que o Apartheid terminou verdadeiramente com a ascensão de Nelson Mandela que se tornou no Primeiro Presidente Negro da África do Sul, mas isso não eliminou por completa os problemas causados pelo Apartheid, pois continuava a registar-se injustiça e desigualdade entre brancos e negros (Bezerra, 2011).

O período pós eleitoral foi marcado pela destituição natural da população branca dos vários poderes que tinha durante o regime do Apartheid, levando a que muitos deixassem o país com medo de ataques e violência inter-racial²⁵.

Em 1994, ocorre a primeira eleição com participação dos negros. O CNA vence com 62% dos votos, mas governa junto com o Partido Nacional, que teve 20%, em um governo de “unidade nacional”, conforme já fora estabelecido pela Constituição “interina”, de 1993, em 1996, entra em vigor a Constituição definitiva sul africana. A eleição de Mandela como presidente marcou o reinado do ANC como partido mais votado nas várias eleições que foram acontecendo²⁶.

²⁵ <https://www.todamateria.com.br/apartheid/>

²⁶ <https://jornalggn.com.br/historia/o-fim-do-apartheid-ha-20-anos/>

Sobre o fim do apartheid há quem relaciona a Batalha do Cuito-Canavale como um dos factores importantes no desmoronamento deste sistema, que embora, o Almeida em nenhum momento faz referência deste acontecimento ocorrido no Cuando Cubango, uma outra possível verdade informa que a vitória das forças revolucionárias nesta batalha representou uma viragem decisiva na África Austral, no sentido do progresso, da paz e da libertação dos povos africanos oprimidos pelo regime do apartheid. Diga-se que:

A batalha do Cuito Cuanavale foi uma contribuição para a libertação do Zimbabué e o desaparecimento do odioso regime do apartheid (Martins, 2019, p. 12).

O fim do Apartheid permitiu o redimensionamento político sul africano, imprimindo mudanças na sua política interna e externa, passando a ter uma nova forma de se relacionar com o mundo (Andrade, 2014). Com isso, foi dado um passo de suma importância: a reaproximação com países vizinhos. Com isso, o país desenhou um novo padrão de inserção internacional, abrindo portas para a integração e cooperação também em âmbito regional.

Após décadas de greves, sanções e crescentes manifestações violentas, foram revogadas as várias leis que sustentavam o regime segregacionista. Assim, em 1991, sob presidência de Klerk, foram revogadas todas as leis do apartheid remanescentes, comprometendo-se a aprovar uma nova Constituição. Em 1993, um governo de transição multirracial e multipartidário foi constituído²⁷.

Quando se trata de integração regional, faz-se referência a um tipo de regionalismo, este se dá quando países, geralmente vizinhos, unem-se para formular estratégias e políticas comuns que possibilitem que os mesmos direcionem seus esforços a um mesmo fim. É certamente nesta vertente que se fez uma analogia sobre o Apartheid na Africa Austral através de uma integração de todos seus Estados.

A África Austral é uma região bastante rica, pois engloba países que têm grandes recursos naturais, e não só, tem a África do Sul que é o Estado com a economia mais forte de África. Não esquecendo Angola, que é bastante rica

²⁷ <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/32243/hoje-na-historia-1962-onu-condena-apartheid-na-africa-do-sul>

em recursos naturais. Ainda com estes pontos vantajosos aqui mencionados, a África Austral continua a apresentar problemas a nível político e económico.

Como é evidente num Continente com Estados recentes e onde durante quase mais de meio século se instalava a segregação, as vontades pessoais foram o maior obstáculo ao desenvolvimento africano, em geral, e nacional, em particular, as políticas externas dos africanos focalizaram-se, no essencial, em problemas afro-endógenos, nomeadamente no Apartheid e na precariedade das fronteiras coloniais.

Segundo Maia (2018), durante o Apartheid, os países da região Austral de África revelavam uma certa dependência sul africana e esta aproveitava essa realidade para impor seus interesses na região.

A Linha da Frente foi uma criação da Organização da Unidade Africana. Foi criada numa altura em que Angola, África do Sul, Moçambique, Namíbia e o Zimbabué, viviam períodos árdios. Alguns lutavam pela sua independência e contra as agressões do regime do Apartheid, e do outro lado, havia a África do Sul que “espalhava” o terror por toda região da África Austral (Idem, 2018).

No entender do Andrade (2014), a integração regional caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. A África Austral, utilizando-se de uma abordagem ampliada no que diz respeito ao conceito geográfico e que, no âmbito do regime segregacional, compreende-se que todos os países-membros da SADC (*Southern African Development Community*), apresentaram evolução histórica diferenciada quanto ao objectivo acirrado ao fim do Apartheid.

2.2.1- O Apartheid e a Luta do Congresso Nacional Africano

A luta para o fim do Apartheid na África do Sul teve como combatente de linha de frente o ANC que por meios não violentos reivindicava a participação dos negros no poder recorrendo à concentração de massas, as exhibições de

folclore de cânticos de espirituais negros e discursos políticos. Estes actos culminaram com a implantação de reformas constitucionais²⁸.

O ANC foi fundado na segunda década de 1900, exactamente em 1912, passando a ser a primeira organização de luta política contra o regime do Apartheid implementado em 1948. Na base do seu surgimento destacam-se figuras com renomada formação em universidades europeias e norte americanas (Pereira, 2008),

Cinco anos antes da II Grande Mundial foi adoptado pelo ANC uma estratégia de resistência que se baseiava em meios não violentos para fazer face as leis não segregacionistas. Em 1955, foi ampliada a frente de luta anti racial através da chamada Carta de Liberdade que foi subscrita pelos movimentos de indianos, de mulatos, de liberais e de socialistas. Nesta carta foi apresentada uma denúncia formal e radical contra o Apartheid (Ibdem, 2008).

O Congresso Nacional Africano (CNA), se estruturou diversas vezes. Mandela, assumiu o comando do partido em 1991, e com isso passava a conduzir os debates do partido tanto em âmbito interno quanto perante a comunidade internacional sobre as questões mais alarmantes e fundamentais ocultadas no então pelo regime segregacionista, visando as perspectivas futuras do país, entre elas a reforma constitucional, as questões tangentes à economia do país, as eleições e as sanções internacionais (Andrade, 2014).

2.2.2 - As exigências da ONU contra o regime do Apartheid na África do Sul.

O Apartheid foi considerado pela ONU como um crime contra a humanidade, por esta razão a mesma organização emitiu várias exigências ao governo de Pretória para abandonar esta ideologia racista e recuar na expansão da mesma no território namibiano.

O Apartheid foi considerado como um crime contra a humanidade porque ao cair dos últimos anos do século XX, o regime ainda regulava a propriedade namibiana, controlava os meios de produção, acesso ao trabalho, educação e cultura, assim como o alcance e a prática dos direitos civis e políticos, usava a

²⁸ Manual de Apoio da História da 12ª classe.

cor por raça como critério legal de desigualdade entre a população, reservando aos brancos todo um conjunto de direitos e privilégios, extraídos ou baseados na exploração negra.

Segundo Nascimento (2009), no dia 26 de novembro de 1968, foi adoptada a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, pela resolução nº 2391 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta resolução foi ratificado por mais de 50 países, sem a presença da África do Sul. Seu preâmbulo afirmava que de acordo com as resoluções nº 2184, do dia 12 de dezembro de 1966, e 2202, do dia 16 de dezembro de 1966, onde a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou de forma expressa crimes contra a humanidade, observando de um lado a violação dos direitos económicos e políticos das populações autóctones e por outro lado o Apartheid.

Não obstante, a oposição ao apartheid dentro da ONU cresceu e, em 1973, uma resolução das Nações Unidas considerou o apartheid como crime contra a humanidade. Em 1974, a Assembleia Geral da ONU suspendeu a África do Sul²⁹. Essa punição visava o alcance de um documento formal capaz de permitir que países membros fossem capazes de aplicar sanções ao governo mais à sul de África, obrigando o governo do país a diminuir ou/e acabar com o sistema de segregação racial e os seus abusos (Idem, 2009).

Com efeito, pode-se verificar que o reconhecimento do Apartheid como crime contra a humanidade ocorreu de modo paralelo a vários desenvolvimentos institucionais no âmbito internacional relacionados ao racismo. Foi utilizada uma série de ferramentas pela comunidade internacional para que o citado sistema de segregação racial fosse desmantelado.

A ONU recomendava formalmente o embargo contra os sul africanos com base na adopção de uma resolução que condenava a aplicação das várias políticas racistas na África do Sul. Por isso, clamava os seus membros a coibir quaisquer relações económicas e militares com o país (Pacheco, 2018).

²⁹ <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/32243/hoje-na-historia-1962-onu-condena-apartheid-na-africa-do-sul>

Na resolução 435, foi requerido que o governo sul-africano tomasse medidas para assegurar a harmonia racial e a igualdade, apelando para que fosse posto um fim ao apartheid. Essa resolução foi aprovada com 9 votos, e com duas abstenções da França e do Reino Unido (Maia, 2018).

Com a recusa das Nações Unidas face ao pedido de Pretória no que diz respeito à tutela da Namíbia, foi apresentado à 6 de Dezembro de 1949 pelo governo sul africano no Tribunal Internacional de Justiça o seu caso, mas o TIJ acabou por não dar razão aos sul africanos, pois o TIJ entendeu que não havia obrigação jurídica da África do Sul sobre a Namíbia. Na mesma decisão, o TIJ extinguiu o mandato existente que fundamentava a reclamação de Pretória (Branco, 2003).

A Comissão da ONU para a eliminação da Discriminação Racial avaliou a situação na África do Sul e divulgou as conclusões da análise. Os especialistas pedem às autoridades do país para investigarem violações cometidas durante a era do apartheid (1948-1994), e propunham levar os responsáveis a julgamento sob prisma desta Organização Internacional³⁰.

O comité pedia que as vítimas do regime fossem compensadas, essa foi uma outra medida que tinha como objectivo maior de “acabar com a impunidade”. A avaliação sobre a África do Sul também destacava a importância de combater o casamento infantil forçado³¹.

A discriminação contra meninas e mulheres negras era um outro problema que o país precisou enfrentar, uma vez que a marginalização gerava ou gera pobreza e a falta de acesso a serviços básicos, como moradia, educação e saúde. A Comissão pedia ainda que África do Sul tomasse medidas para julgar os que cometiam crimes ligados à xenofobia e à discriminação racial³².

³⁰ <https://news.un.org/pt/story/2016/08/1561211-comissao-da-onu-aguardar-investigacoes-de-crimes-do-apartheid>

³¹ <https://news.un.org/pt/story/2016/08/1561211-comissao-da-onu-aguardar-investigacoes-de-crimes-do-apartheid>

³² ONU News-<https://news.un.org/pt/story/2016/08/1561211-comissao-da-onu-aguardar-investigacoes-de-crimes-do-apartheid>

2.2.3 - A Libertação do Primeiro Presidente Negro Sul Africano (Nelson Mandela).

Devido ao seu posicionamento face ao Apartheid, Nelson Mandela foi condenado à prisão perpétua, deixa a assunção do ANC nas mãos de Oliver Tambo que actuava a partir do exterior. Durante o período do Apartheid, os *afrikaners* muito sofreram com a repressão do regime, mas também enfrentavam uma clara falta de apoio dos países vizinhos, impedindo de certa forma a guerrilha e o recrutamento em grandes massas (Pereira, 2008).

Para Andrade (2014), a libertação de Nelson Mandela em 1990, contribuiu fortemente na resolução dos conflitos regionais e no fim do banimento dos movimentos de libertação, sem dúvida, a libertação desta figura do cativeiro faz parte dos eventos muito importantes que marcaram o fim do Apartheid e o reingresso da África do Sul na comunidade internacional. Entretanto, a participação sul-africana na arena internacional não seria legitimada antes do antigo parlamento do Apartheid aprovar a *Transitional Executive Council Bill*, em setembro de 1993. A ascensão de Mandela ao poder certamente alterou a reorganização interna, a partir de sua política de transformação social e política e também auxiliou na recomposição das relações externas do país.

2.2.4 - As primeiras eleições multi-raciais e democráticas na África do Sul.

Após a libertação de Nelson Mandela foram marcadas as primeiras eleições democráticas e multirraciais para Abril de 1994. O grande destaque desse processo foi a mistura de brancos e negros na mesma fila de votação com o intuito de escolher o novo Presidente sul africano, votando em condições de igualdade. Após o processo de votação, Mandela foi eleito, marcando assim o fim da dominação de minoria branca na África do Sul (Andrade, 2014).

As eleições provocaram mudanças significativas na sociedade sul africana, pois mudou a sua organização interna, remonta sua base institucional, redefine seus parâmetros de política doméstica e exterior, e a partir da reformulação das bases da política externa sul-africana, o espaço de atuação política internacional do país foi bastante ampliado (Ibidem, 2014).

CONCLUSÕES

Conclusões.

Com base nos objectivos, concluímos que o processo da independência da Namíbia foi marcado pelas lutas de resistências desde a ocupação Alemã do território, e sabe-se que a realidade colonial em África pautava por uma ocupação territorial costeira, cíclica e sujeita às contingências comerciais do momento.

A Swapo é uma organização política fundada em 1966, foi a mais que se destacou na luta pela libertação nacional que conduziu o território a independência.

Em segunda instância a investigação evidencia que a par da luta conduzida pela Swapo, a organização das Nações Unidas desempenhou um papel extremamente relevante no processo da descolonização, abolição do Apartheid no Sudoeste Africano/Namíbia.

O terceiro aspecto relevante é sobre o processo independentista do Sudoeste Africano que ocorreu em 1990, exactamente no dia 21 de Março, passando a região a ser designada de República da Namíbia e Sam Nujoma tornou-se no seu primeiro presidente

No quarto é destacado o processo que levou o fim do Apartheid na África do Sul, após vários anos de luta do ANC. O ano de 1994 foi fundamental, pois marca o fim do Apartheid e a realização das primeiras eleições democráticas e multirraciais que foram ganhas pelo Partido de Nelson Mandela que se tornou no primeiro Presidente negro sul africano.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

ALMEIDA, E.L. (2005). Fundamentalismo e Tolerância Político-religiosa em África. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

ANDRADE, L.V. (2014). África do sul pós-Apartheid: redimensionamento da política externa e multilateralismo. Brasil: Santana do Livramento.

ANNONI, D. (2012). Análise da Crise Política Jurídica na Líbia e a Situação dos Refugiados. Brasília: Universidade Federal do Paraná.

BEZERRA, J. (2011). História do Apartheid. Rio de Janeiro: Unilasalle-RJ.

BRANCO, L. C. (2003). A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela. São Tomé e Príncipe: Adido Cultural.

CARDOSO, F. J., & Ferreira, P. M. (2001). A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional. Lisboa: Espaço Mundial.

CARVÁLHO, L. O. (2009). Metodologia Científica: teoria e aplicação na educação a distância . S. Francisco: Edson Macalini.

CASTRO, J. T. (2013). Política Ovaherero: Poder e conflito na Namíbia central . Brasília: Universidade de Brasília.

CORREA, S. M. (2014). História, Memória e colonialismo Alemão em questão. Anos 90, 251-274.

DIAS, A. L. (2018). Remediando o passado: Um estudo sobre a demanda dos povos Herero e Nama por reparações pelos atos da Alemanha no Sudoeste Africano ao longo do conflito colonial de 1904 a 1908. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

FERNANDES, J. P., & Capama, P. A. (2011). História. Luanda: Texto Editora. Manual de Apoio da 2ª classe, Governo de Angola.

FIGALO, R. (2015). Os Métodos Históricos nas Pesquisas da Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo.

GALLIANO, G. (1979). O Método Científico: teoria e prática. SP: Mosaico.

GERHARDT, T. E. (2009). Métodos de Pesquisa. Brasília: UAB.

HILLEBRECHT, W. (2007). A luta pela libertação da Namíbia. Namíbia: Aluka.

HURK, V. d. (2001). Border Mail, Postal History and Markings of the War in Angola and along the Namibian Border 1975-1988. Chipre: James Bendon Ltd.

LEITE, J. S. (2013). O Cooperativismo nas ex-colônias. Coimbra: U.C.

LIBEIRO, F. G. (2012). Líbia, um caso particular: da guerra civil à guerra internacional pelo controle dos poços de petróleo . São Paulo: Revista Espaço Académico nº 134.

MACQUEEN, N. (2004). A Intervenção das Nações Unidas e a Crise do Estado Africano. Lisboa: Agência das Nações Unidas.

MAIA, M. L. (2018). Guia de Estudos: a guerra da Namíbia (1975). Brasília: MODEP.

MARTINS, J. (2019). Cuito Cuanaval: Uma batalha decisiva na Libertação da África Austral. Angola: Mayamba Editora.

NASCIMENTO, L. C. (2009). Análise do apartheid como crime contra a humanidade. Brasília: UniCEUB.

NETA, J. (2017). Metodologia Científica. Salvador: António Felix.

NZIANGENGO, P. (2018). Manual de História. Luanda: Messagem.

PACHECO, A. J. (2018). Entre a “Raça, Economia e Política”: o Apartheid nas páginas da Revista Veja (1969-1975). Temporalidades.

PEREIRA, A. D. (2008). Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). Brasília: UFRGS.

PINI, A. M. (2014). A Descolonização da Namíbia: as negociações diplomáticas multilaterais e a guerra de independência . Brasília: UB.

SANTOS, A. R. (2000). Metodologia Científica. Lisboa: Escola editora.

SILVA, I. C. (2016). Política Externa Regional da Namíbia: a agência de uma potência secundária. Brasil: Revista Brasileira de Estudos Africanos.

SITA, S. C. (2017). A Geopolítica de Angola na África Austral: Diplomacia e Política Externa de Angola na África Austral-SADC. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de mestrado.

TANNUS, L. (2018). O Fim do Apartheid na Africa do Sul. Brasil: Hoje na História.

TOMÁS, J. B. (2014). Cooperação Político-Militar Angolano-Cubana: A presença Polico-Militar Cubana em Angola em 1975-1991. Lisboa: Universidade de Lisboa.

VISENTINI, P. F. (2011). A Namíbia: diplomacia ao alcance de todos. Brasil: Thesaurus Editora - 2011.

ZÓLUA, P. J. (2013). A independência da Namíbia. Brasil: Electrónica.

Outras fontes

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/africadosul2.pdf DÖPCKE*

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1401/1/NeD105_LuisCasteloBranco.pdf ONU

https://uploadsssl.webflow.com/5ab06808fc5c2db717b96e78/5ad294a4d8ce0298aa7bc091_Guia-CSH.pdf Maia

<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3742/1/A%20Pol%C3%ADtica%20Externa%20de%20Angola%20na%20%C3%81frica%20Austral%20SADC.pdf> Sita

<https://repositorio.iscteiul.pt/bitstream/10071/542/1/Doutoramento%20Luis%20CB.pdf> Branco

<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/909/1/Andrade%2C%20Lu%C3%ADza%20Val%C3%A9rio%20de.%20%C3%81frica%20do%20Sul%20p%C3%B3sapartheid%20redimensionamento%20da%20pol%C3%ADtica%20externa%20e%20multilateralismo.pdf> Andrade

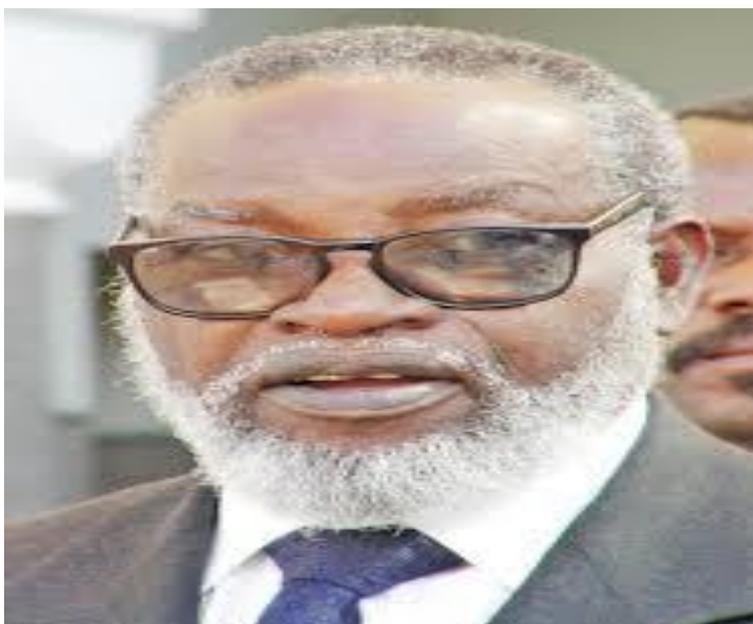
ANEXOS

Figura 1. Ilustração d a bandeira da SWAPO. Namíbia.



Fonte: https://www.google.com/search?q=apartheid+Namibia&sxsrf=ALeKk02sz0SSTMtUVzWVUEkvdhMi1OeDnA:1627397980762&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwj8kLT0wYPyAhUDQjABHdFNAWsQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1517&bih=694

Figura 2. Sam Nujoma, o primeiro Presidente da Namíbia.



Fonte: https://www.google.com/search?q=apartheid+Namibia&sxsrf=ALeKk02sz0SSTMtUVzWVUEkvdhMi1OeDnA:1627397980762&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwj8kLT0wYPyAhUDQjABHdFNAWsQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1517&bih=694

Figura 3. Ilustra Nelson Mandela como a maior figura da resistência contra o apartheid na África do Sul.



Fonte: https://www.google.com/search?q=apartheid+Namibia&sxsrf=ALeKk02sz0SSTMtUVzWVUEkvdhMi1OeDnA:1627397980762&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwj8kLT0wYPyAhUDQjABHdFNAWsQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1517&bih=694